

Moradores de Vicente Pires conseguem na Justiça impedir novas demolições de casas em áreas de proteção ambiental. Ibama quer pressa na retirada das construções e promete recorrer da decisão

Liminar suspende derrubada

LUÍSA MEDEIROS

DA EQUIPE DO CORREIO

Uma hora depois de representantes do Governo do Distrito Federal anunciarem a retomada das demolições das construções irregulares em Vicente Pires, moradores conseguiram na Justiça liminar para suspender as ações. O juiz Hamilton de Sá Dantas, titular da 21ª Vara Federal, do Tribunal Federal Regional, acatou o argumento dos condôminos que discordam, entre outros pontos, da assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O documento, firmado entre Ibama, Ministério Público Federal e órgãos do governo local, condiciona a retirada de edificações em áreas próximas a nascentes, córregos e veredas à liberação das obras de abastecimento de água na região. O superintendente do Ibama, Francisco Palhares, afirmou que recorrerá da decisão, concedida ontem à noite.

A derrubada das construções ilegais em áreas de proteção permanente (APP) em Vicente Pires, Vila São José e Colônia Agrícola Samambaia reiniciaria na próxima semana, segundo o diretor do Sistema Integrado de Vigilância, Preservação e Conservação de Mananciais (Siv-Água), Antônio Magno. Pressionado pelo Ibama, que critica a lentidão das derrubadas, o Siv-Água criou um novo cronograma para retirar as 549 edificações (entre casas, muros e cercas) construídas no local. Dessas, 45 foram erguidas após a assinatura do TAC, em setembro do ano pas-

sado. Mas até agora, apenas 18 foram demolidas. O documento que será apresentado hoje ao Ibama prevê a demolição de mais 15 construções na segunda-feira.

Apesar da decisão judicial, o presidente da Associação Comunitária de Vicente Pires (Arvips), Dirsomar Chaves, diz que pretende estabelecer um "bom diálogo com o governo federal e local". "Recorremos à Justiça para permitir que os órgãos apresentem laudos técnicos que comprovem a necessidade da derrubada", afirma. Ele disse que o TAC foi assinado sem a participação popular e que antes já havia um convênio para a regularização da região, com cerca de 50 mil moradores. Além disso, Dirsomar argumenta que a área tem um estudo e relatório de impacto ambiental (EIA/Rima), concluído há menos de um mês, em que são apontadas as fragilidades ambientais. "O Ibama tem que analisar o estudo antes de fazer essas derrubadas", acredita.

Risco à saúde

O Correio informou ontem à noite a decisão do juiz federal ao superintendente do Ibama, Francisco Palhares, que prometeu recorrer à Justiça. Durante o dia, no entanto, ele informou que a entrega de um cronograma convincente seria fundamental para não denunciar o descumprimento do TAC à Justiça. "Se o plano de derrubadas das construções não for suficiente, pára tudo. A licença ambiental que permite as obras de saneamento na área será cassada e o TAC denunciado",

Hiram Vargas/Especial para o CB/24.7.06



DAS 549 CONSTRUÇÕES EM ÁREAS DE PROTEÇÃO PERMANENTE (APP) NO SETOR HABITACIONAL VICENTE PIRES, APENAS 18 FORAM DEMOLIDAS PELO GOVERNO

alerta. O presidente da Caesb, Fernando Leite, alerta que a suspensão das obras é um risco à saúde da população, pois as águas subterrâneas da região, com 3,4 mil poços e cisternas, estão contaminadas.

Nesta semana, 30 construções seriam retiradas em APPs. No entanto, apenas seis foram removidas até terça-feira. O TAC prevê o fim das construções irregulares até setembro deste ano. Mas, segundo Antônio Magno, o prazo é curto e já foi pedido prorrogação até abril do ano que vem. Casas com moradores é o maior empecilho para as ações. As famílias apressaram as obras desde a assinatura do documento. Nesses casos, o governo apenas notifica e dá 30 dias para o morador sair. O Siv-Água ainda não tem o levantamento de quantas casas são habitadas, o que dificulta o cumprimento do cronograma de retirada de construções em áreas de proteção ambiental.